

Mensagem nº 187

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Os méritos do Senhor Antonio José Ferreira Simões que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO

Aviso nº 231 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES

CPF.: 548.539.407-82

ID.: 8112 MRE

1960 Filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1981 CPCD - IRBr
1985 Direito pela Universidade de Brasília/DF
1988 CAD - IRBr
2001 CAE-IRBr - A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica

Cargos:

1982 Terceiro-Secretário
1986 Segundo-Secretário
1993 Primeiro-Secretário, por merecimento
1998 Conselheiro, por merecimento
2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007 Ministro de Primeira Classe, merecimento

Funções:

1983-86 Divisão de Política Comercial, assistente
1986-90 Delegação do Brasil em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1989 Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Cairo, Chefe da delegação
1990-93 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1990 Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Santiago, Chefe da delegação
1993 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1993-95 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
1995 Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro, assessor
1995-99 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
1999-2001 Núcleo de Coordenação da ALCA, Chefe
1999 II Reunião reconvocada do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Miami, Chefe da delegação
1999 III Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Cochabamba, Chefe da delegação
2000 Comitê Intergovernamental da Sociedade Civil da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
2001 Comitê de Assuntos Institucionais da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
2001-03 Coordenação-Geral para as Negociações da Área de Livre Comércio das Américas, Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral
2003-05 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2005-06 Secretário de Planejamento Diplomático, Chefe
2006-08 Departamento de Energia, Diretor
2007 I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, Chefe da delegação
2008-10 Embaixada em Caracas, Embaixador
2009-11 LXXVIII a LXXXV Reuniões Ordinárias do Grupo Mercado Comum, Assunção, Brasília, Buenos Aires e Montevideu, Chefe da delegação
2010- Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, Subsecretário-Geral
2010-15 Coordenador Nacional do Mercosul, da UNASUL, da CALC, do Grupo do Rio e da CELAC
2010-13 Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional
2010 Reunião de Altos Funcionários e Reunião de Chanceleres da Cúpula da Unidade da América Latina e do

	Caribe, Cancun, Chefe da delegação
2010	Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti
2011	Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Haiti, Nova York, Chefe de Delegação
2011	Reuniões de Coordenadores Nacionais da CELAC, Chefe de Delegação. (2011-2015)
2013	Representante do Ministério das Relações Exteriores no Encontro Nacional de Comércio Exterior - ENAEX 2013. Rio de Janeiro.
2013	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Paramaribo, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Puerto Ayora, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Prioridades e Estratégias da UNASUL, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Brasília, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Visão Estratégia da UNASUL, Santa Cruz de la Sierra, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Guayaquil, Chefe de Delegação.
2015	Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da CELAC, São José da Costa Rica, Chefe de Delegação.

Condecorações:

1998	Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Oficial
2001	Medalha do Pacificador, Brasil
2003	Ordem ao Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2010	Ordem Francisco de Miranda, Generalíssimo
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

2001	O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio - Algumas reflexões, Carta Internacional, São Paulo
2002	A ALCA no limiar do século XXI, INTAL, Buenos Aires
2003	Alca: riscos e oportunidades, Editora Manole, São Paulo
2007	"Biofuels will help fight hunger", International Herald Tribune, Nova York
2011	"Integração: sonho e realidade na América do Sul", FUNAG, Brasília
2012	"Eu sou da América do Sul", FUNAG, Brasília.

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa I

ESPAÑA



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVA

Março de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Espanha
CAPITAL	Madri
ÁREA	505.370 km ²
POPULAÇÃO	47 milhões de habitantes
IDIOMAS	Castelhano, catalão, galego, valenciano, basco e aranês
RELIGIÃO	Católica Romana (94%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentar
LEGISLATIVO	Bicameral: Congresso dos Deputados (<i>Congreso de los Diputados</i>) e Senado (<i>Senado</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente do Governo Mariano Rajoy (desde 2011)
CHANCELER	José Manuel García-Margallo (desde 2011)
PIB nominal	US\$ 1,459 trilhão (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
PIB PPP (est. 2014, FMI)	US\$ 1,466 trilhão (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal per capita (est. 2014, FMI)	US\$ 31.215 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP per capita	US\$ 31.375 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,31% (2014); -1,22% (2013); -1,64% (2012); 0,05% (2011); -0,2 (2010); -3,7 (2009); 0,9 (2008)
IDH	0,885 - 23º lugar (Brasil: 0,744/79º)
EXPECTATIVA DE VIDA	81,6 anos (Brasil: 73,8)
ALFABETIZAÇÃO	97,9% (Brasil: 90,3%)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Manuel de la Cámara Hermoso
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	81.132 (segundo Instituto Nacional de Estatística da Espanha)

Brasil-Espanha	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	3.761,5	5.319,8	6.546,5	4.619,3	6.667,5	8.004,5	7.206,9	8.032,5	7.165
Exportações	2.330,4	3.476,3	4.074,5	2.663,7	3.893,8	4.705,5	3.663,4	3.546,2	3.255
Importações	1.431,1	1.843,5	2.472,1	1.955,6	2.773,7	3.299,0	3.543,4	4,486,3	3.910
Saldo	899,3	1.632,8	1.602,4	708,1	1.120,1	1.406,5	120,0	-940,1	-655

PERFIS BIOGRÁFICOS

Felipe VI
Rei da Espanha



Dom Felipe de Borbón y Grecia nasceu em Madri, a 30 de janeiro de 1968. Graduado em Direito pela Universidade Autônoma de Madri, também conta com formação em pilotagem de helicópteros pela Academia Aeronáutica de San Javier. Em 1995, concluiu Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos.

Na condição de Príncipe de Astúrias, realizou uma série de visitas internacionais, com papel muito ativo na promoção dos interesses econômico-comerciais da Espanha. Atuou também com protagonismo na difusão da língua espanhola.

Com a abdicação de seu pai, o Rei Juan Carlos I, em 18 de junho de 2014, tornou-se Rei da Espanha, assumindo o nome de Felipe VI.

Mariano Rajoy
Presidente do Governo da Espanha



Nasceu em Santiago de Compostela, na Galícia, em 27 de março de 1955.

Após a conclusão do curso de Bacharel em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, aos 23 anos, tornou-se o mais jovem notário público da Espanha. Aos 26 anos, foi eleito Deputado para o Parlamento local da Galícia pela Aliança Popular (atual Partido Popular). Em 1983, foi eleito vereador em Pontevedra (Galícia). Foi eleito deputado nacional em todas das eleições legislativas desde 1986.

Em 1996, dirigiu a campanha de José Maria Aznar à Presidência de Governo da Espanha. Após a vitória, chefiou diversos ministérios: Administrações Públicas (1996-1999), Educação e Cultura (1999-2000), Interior (2001-2002), Porta-Voz e Ministro da Presidência (2002-2003).

Em 2004, tornou-se Presidente do Partido Popular e líder da oposição no Congresso dos Deputados. Nessa condição, foi candidato à Presidência do Governo nas eleições de 2004 e 2008. Novamente candidato em 2011, foi eleito e tomou posse como Presidente do Governo em 21 de dezembro do mesmo ano.

José Manuel García-Margallo y Marfil
Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação



Nasceu a 13 de agosto de 1944, em Madri. É bacharel em Direito pela Universidade de Deusto (1965), mestre em Direito pela Universidade de Harvard (1972) e doutor em Direito pela Universidade Miguel Hernández (2002). Tornou-se Inspetor de Finanças em 1968. Elegeu-se Deputado em 1977 e desempenhou a função de Diretor-Geral de Desenvolvimento Comunitário do Ministério da Cultura entre 1977 e 1979. Foi Presidente da Comissão de Petições do Congresso entre 1979 e 1982. Ocupou o cargo de Porta-voz de Economia e Fazenda nos períodos 1986-1989; 1989-1993 e 1993-1994. A partir de 1990 passou, também, a advogar.

Foi eleito Eurodeputado pelo Partido Popular para o período entre 1994 e 2011. No Parlamento Europeu, exerceu as funções de Vice-Presidente da Subcomissão de Assuntos Monetários (1994-1999); Vice-Presidente da Delegação para América Central e Cuba (1994-2004); e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (1999-2004).

Em 21 de dezembro de 2011, foi nomeado Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se, formalmente, com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve um estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX, e pela elevação a embaixada da Legação do Brasil na Espanha, em 1933.

Além dos vínculos históricos, culturais e políticos, a relação bilateral beneficiou-se, a partir da década de 1990, dos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico continua a representar o eixo mais importante da relação e, em momento de crise econômica espanhola, o Brasil representa uma das principais fontes de resultados positivos para as grandes empresas espanholas.

Apesar de denso, o relacionamento Brasil-Espanha ressentia-se da inexistência de foro estruturado de consultas, que ajudasse a planejar, coordenar, acompanhar e balizar a relação entre os dois países. Em 2003, por ocasião da visita do então Presidente de Governo José María Aznar ao Brasil, foi assinado “Acordo de Parceria Estratégica”, que previa o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de diversos grupos de trabalho. Da mesma forma, em 2005, foi adotado “Plano de Ação”, que previa reuniões anuais dos Presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das Chancelarias, e encontros em diversos níveis da administração pública.

Durante a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012, foi criado mecanismo de consultas, que dinamizou o diálogo político e garantiu mais rápida avaliação relação bilateral. Durante a visita do Ministro Luiz Alberto Figueiredo a Madri, em março de 2014, inaugurou-se a Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha – fórum regular de consultas entre os Chanceleres de ambos os países.

O diálogo político beneficia-se da convergência na maioria dos temas da agenda internacional. Há, ainda, espaço para melhor coordenação política e maior troca de informações sobre América Latina e Europa.

Na esfera bilateral, há possibilidades efetivas de cooperação em educação; ciência, tecnologia e inovação; no âmbito técnico e humanitário; e nas áreas jurídica e policial.

Cooperação Educacional

A cooperação educacional entre Brasil e Espanha apoia-se em três pilares: (i) os numerosos convênios bilaterais diretos entre

universidades brasileiras e espanholas; (ii) acordo para concessão de bolsas entre a CAPES e a Fundação Carolina; e, mais recentemente, (iii) o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Em fevereiro de 2012, chegou à Espanha o primeiro grupo de estudantes brasileiros bolsistas do programa CsF. Na primeira grande chamada de graduação do CsF para a Espanha, para o ano letivo 2012/2013, foram mais de 1.600 bolsistas. Desde a primeira edição do programa até o início de 2015, entre graduação, doutorado sanduíche e doutorado pleno, foram concedidas 4.408 bolsas em 44 universidades espanholas. A Espanha ocupa o 5º lugar como destino de estudantes brasileiros do programa.

Os acordos diretos de intercâmbio de professores e alunos entre Universidades brasileiras e espanholas assumem diversas formas, sendo as principais por intermédio do Programa Erasmus Mundus e aquelas resultantes das atividades do Grupo Tordesillas (que inclui Portugal). As áreas mais destacadas de tais acordos são engenharias e humanidades.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mantém com a Fundação Carolina, desde 2010, acordo para a concessão de bolsas de parte a parte, sobretudo nas modalidades de pós graduação sanduíche. Desde o início das atividades da Fundação Carolina, em 2001, foram concedidas 1.190 bolsas para brasileiros. A Fundação também reserva, dentro de suas convocatórias anuais de bolsas para cidadãos latino-americanos, cerca de 30 bolsas para professores brasileiros.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I)

Em 2008, foi assinado Plano de Ação em Ciência e Tecnologia, com as seguintes áreas relevantes identificadas por centros de tecnologia brasileiros e espanhóis: tecnologia da informação, nanotecnologia e nanomedicina, engenharia biomédica, biotecnologia, pesquisa biomédica translacional, energias renováveis e biocombustíveis, agricultura e pecuária, hidrogeologia, atividades aeroespaciais, tecnologias em matéria de saúde e cooperação entre museus e centros de ciências.

A cooperação em nanotecnologia ganhou especial impulso, por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Madri, em novembro de 2012. Seus primeiros resultados foram: i) a participação de 16 pesquisadores de diferentes Universidades e Centros de Pesquisa brasileiros no "Workshop Brasil-INL de Nanotecnologia", na sede do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, localizado na cidade de Braga (Portugal), em abril de 2012; e ii) a participação brasileira na mais recente reunião (Salamanca, março de 2013) da "Latin Laser Lab", rede de pesquisadores latino-americanos e europeus para o

desenvolvimento científico e tecnológico de lasers ultrapequenos e ultrarrápidos.

Cooperação Técnica e Humanitária

A cooperação trilateral entre Brasil e Espanha é gerenciada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela "Agencia Española de Cooperación Internacional al Desarrollo" (AECID).

Destacam-se os seguintes projetos e ações, alguns já concluídos: (a) Cooperação Técnica Brasil-Espanha em Benefício da Bolívia, nas áreas de Água Potável e Esgotamento Sanitário; (b) Projeto de Reflorestamento da Bacia do Mapou, no Haiti; (c) Fortalecimento Institucional da Procuradoria-Geral do Uruguai; (d) Ação Humanitária em Cuba, Haiti e Honduras, com doação de alimentos após a ocorrência de furacões; e (e) Doações de alimentos provenientes de estoques públicos brasileiros, no âmbito do Programa Mundial de Alimentos (PMA), a países africanos em situação de grave insegurança alimentar.

Em setembro de 2013, o Diretor da ABC reuniu-se em Brasília com delegação da AECID, encontro que procurou relançar as bases da cooperação entre os dois países, com mudança do paradigma tradicional "norte-sul" para cooperação na qual os dois países atuem no mesmo nível.

Cooperação Jurídica e Policial

O Brasil possui longa tradição histórica de cooperação em matérias jurídicas com a Espanha. O primeiro Tratado bilateral de Extradução foi firmado em 1872 e vigorou até 1914.

Atualmente, os principais instrumentos em vigor são: i) Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal, firmado em 2006; ii) Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, firmado em 1989; iii) Tratado sobre Transferência de Presos, firmado em 1996.

Brasil e Espanha desenvolvem crescente trabalho também na área de cooperação policial e combate à criminalidade. Foi estabelecido, em 2011, Oficialato de Ligação na Espanha e, em 2012, Representação Policial na Embaixada do Brasil em Madri.

As iniciativas visam a intensificar a cooperação no combate aos ilícitos transnacionais e em outros temas bilaterais como colaboração em atividades de inteligência.

Assuntos consulares

A rede consular do Brasil na Espanha é ampla, contando com três postos (Embaixada e Consulado-Geral em Madri e Consulado em Barcelona) e treze Consulados Honorários (Las Palmas de Gran Canaria,

Málaga, Santander, Sevilha, Tarragona, Valencia, Tenerife, Granada, Santiago de Compostela, Alicante, Palma de Mallorca, San Sebastián e Bilbao).

Segundo o Instituto Nacional de Estadística (INE), 81.132 brasileiros residiam, de forma regular ou não, na Espanha em 2014. O tamanho da comunidade brasileira nesse país atingiu um pico em 2009, com 126.185 pessoas e, nos últimos anos, vem diminuindo continuamente, em razão da redução de oportunidades de trabalho e da menor oferta de serviços de saúde pública para migrantes em situação irregular. O perfil socioeconômico dos imigrantes brasileiros é variado, destacando-se trabalhadores não-manuais em atividades de rotina (27,9%), trabalhadores domésticos (21,2%), estudantes (13,4%) e assalariados em atividade qualificada (9,5%).

Até 2012, a inadmissão de brasileiros foi o principal tema de vertente consular das relações Brasil-Espanha. A fim de equacionar a questão, realizou-se, no mesmo ano, em Madri, a Reunião Bilateral sobre Assuntos Migratórios, quando se obteve a facilitação de procedimentos de entrada. A partir de então, há intercâmbio constante entre autoridades consulares de ambos os países e compartilhamento de informações sobre novos requisitos de ingresso. Em razão dessas medidas, o número de inadmissões tem-se reduzido significativamente.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Espanha.

POLÍTICA INTERNA

A Espanha é uma monarquia com sistema parlamentarista de governo. O Parlamento é denominado “Cortes Gerais” e se compõe de duas casas, o Senado e o Congresso dos Deputados. O Senado é uma câmara de representação territorial, para a qual cada província elege quatro senadores, por sufrágio universal, direto e secreto. O Congresso dos Deputados é câmara de representação popular, composta por no mínimo 300 e no máximo 400 deputados, eleitos também por sufrágio universal, direto e secreto, para um período de quatro anos. As eleições atendem a critérios de representação proporcional.

O Presidente de Governo Mariano Rajoy, do Partido Popular (PP), foi eleito em novembro de 2011, sucedendo a José Luiz Rodríguez Zapatero, do Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE), que governou a Espanha entre 2004 e 2011. Com a vitória de Rajoy, o PP alcançou a maior

concentração de poder de um partido político espanhol no período pós-Transição. Além de contar com maioria no Congresso (185 deputados de um total de 350, e 161 senadores de um total de 265), o PP governa 11 das 17 Comunidades Autônomas da Espanha e administra 35 das 50 capitais de província.

Desde que assumiu o Governo, Rajoy teve como principal desafio a superação da crise econômica que afeta a Espanha e faz com que um de cada quatro cidadãos em idade economicamente ativa esteja desempregado. Utilizando-se de sua ampla maioria parlamentar, o Governo Rajoy procurou combater a crise por meio de ajustes que envolveram reformas legislativas (laboral, previdenciária e sanitária, entre outras) e aumento de impostos. Em 2014, ao completar três anos de legislatura, o Governo do PP experimentou forte desgaste político em razão dos custos sociais da crise e dos ajustes econômicos, bem como de denúncias de corrupção.

Os socialistas espanhóis, que governaram a Espanha entre 1982-1996, com Felipe González, e entre 2004-2011, com José Luiz Rodrigues Zapatero, também enfrentam grandes dificuldades políticas. Sofreram a pior derrota de sua história nas eleições gerais de 2011 e tiveram desempenho modesto nas eleições para o Parlamento europeu, em maio de 2014.

As crises que alcançam o PP e o PSOE contribuíram para a ascensão de uma nova força política, o “Podemos”. Forjado no seio do “Movimento dos Indignados” (2011), o novo partido articula-se por meio de redes sociais e já conta com mais 200 mil filiados, majoritariamente jovens oriundos das classes médias urbanas. Apresenta-se de forma inovadora, financia-se mediante doações do tipo “crowdfunding” e disputa terreno político especialmente com a esquerda tradicional (PSOE e Izquierda Unida, ex-Partido Comunista), defendendo a superação do “déficit democrático” que marcaria a atual política espanhola. Nas eleições europeias de maio de 2014, o Podemos recebeu 1,2 milhão de votos e elegeu cinco eurodeputados.

Em meio às recentes movimentações partidárias, cabe observar a inversão da tendência de desgaste da Monarquia. A abdicação do Rei Juan Carlos em favor de seu filho, Felipe VI, em junho de 2014, abriu espaço para o atendimento dos anseios de renovação da Coroa. Nos primeiros meses de reinado, Felipe VI tem procurado aproximar a Monarquia da cidadania espanhola, manifestando-se publicamente acerca dos efeitos da crise sobre o desemprego, condenando os escândalos de corrupção e fazendo-se presente na questão independentista catalã. Atualmente, o Rei Felipe VI conta com uma taxa de aprovação popular na casa dos 67%.

Nacionalismos catalão e basco

Além da crise econômica e social, o Governo Rajoy encontra um grande desafio nos nacionalismos catalão e basco. O fenômeno dos nacionalismos periféricos permeia a vida política espanhola desde o final do século XIX. Não obstante, como efeito da crise econômica de 2008, o nacionalismo catalão passou por forte recrudescimento a partir de 2012, com a realização de grandes manifestações populares, e passou a adotar postura claramente independentista.

Em dezembro de 2013, o Presidente da Catalunha, Artur Mas, acompanhado pelos líderes dos partidos soberanistas catalães, anunciou a organização de referendo, em novembro de 2014, com as seguintes perguntas: "Quer que a Catalunha seja um Estado", e, em caso positivo, "Quer que a Catalunha seja um Estado independente?" Apesar de o referendo ter sido considerado ilegal pelo Tribunal Constitucional Espanhol, foi realizado pelas autoridades catalãs na forma de um "processo participativo" ("consulta alternativa").

No momento, se não totalmente impossível, a independência catalã é bastante improvável. De acordo com pesquisas de opinião, cerca de 40% dos catalães é favorável à independência (há grande número de indecisos). Uma Catalunha independente seria, ao menos em um primeiro momento, excluída da União Europeia, entidade para a qual deveria solicitar pedido de admissão como novo estado.

A situação basca é distinta da catalã no que diz respeito ao relacionamento com Madri. Apesar do forte discurso separatista, o Partido Nacionalista Basco (PNV), que governa o País Basco, parece ter optado, pelo menos no momento, por um caminho mais pragmático que envolva a tradicional busca de vantagens que, paulatinamente, aumentem a autonomia basca.

A realidade política do País Basco também se beneficia do fim do uso da violência por parte do ETA desde 2011. O grupo, no entanto, não se dissolveu nem tampouco entregou as armas, preferindo, conclamar uma negociação com o governo espanhol para discutir as "consequências do conflito", tema que envolve os ex-membros do ETA que cumprem pena em diversos presídios da Espanha.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa espanhola prioriza o relacionamento com a União Europeia e os Estados Unidos. Merecem destaque, ainda, as relações com (i) os países da América Latina (com destacado peso para Brasil e México), no contexto da promoção da Comunidade Ibero-Americana; e (ii) os países que compartilham a Bacia do Mediterrâneo, sobretudo os sócios do Norte da África (Marrocos, em particular). A atuação na África, Ásia e Oriente Médio estão marcadamente orientadas pela busca de fortalecimento do diálogo político e pela promoção da “Marca España”, dedicada ao fomento da imagem, produtos e serviços prestados por empresas espanholas no exterior.

A eleição da Espanha para assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2015-2016, representa a principal conquista da política externa do Governo de Mariano Rajoy, iniciado em dezembro de 2011. A Espanha deverá experimentar, na condição de membro do CSNU, significativo aumento da exposição internacional, especialmente se comparado aos dois primeiros anos do Governo do Partido Popular, dedicados precipuamente à gestão da crise econômica e às relações no âmbito da União Europeia.

Além disso, constituíram fatos relevantes para a política externa espanhola, em 2014, (a) a realização, em setembro, da Conferência Internacional sobre a Líbia; (b) a inflexão de sua posição sobre o diálogo de paz no Oriente Médio, com a aprovação pelo Congresso de moção em favor do reconhecimento do Estado Palestino; (c) o processo de retomada das relações com Cuba, com a visita, em dezembro, do Chanceler García-Margallo a Havana; (d) visitas do Presidente de Governo Mariano Rajoy, em janeiro, aos Estados Unidos e, em setembro, à China.

Casa Real

A abdicação do Rei Juan Carlos I tem relevância para a política externa, tendo em vista a importância do papel exercido pela Coroa na interlocução com sócios tradicionais, especialmente com várias famílias reais no Oriente Médio. Felipe VI, enquanto Príncipe das Astúrias, dedicou-se a tecer laços com lideranças latino-americanas e representava seu país com assiduidade nas cerimônias de posse presidencial na região, inclusive na primeira posse da Presidenta Dilma Rousseff em 2011.

Após participar da abertura da 69ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2014, onde apelou por um voto de confiança da comunidade internacional pela candidatura espanhola ao CSNU, Felipe VI e a Rainha Letizia empreenderam ciclo de visitas de apresentação, que, entre outubro e

dezembro, incluiu Países Baixos, Luxemburgo, Bélgica, Itália e Alemanha. A agenda de compromissos oficiais em 2014 envolveu, por fim, em dezembro, a participação na Cúpula Ibero-Americana de Veracruz.

União Europeia

Com os indicadores de paulatina recuperação na economia espanhola e uma vez superada a “ameaça de resgate”, Madri acredita ter chegado o momento de assumir papel mais decisivo na construção do projeto de integração europeu, tema prioritário da política externa espanhola, segundo o Chanceler e ex-eurodeputado José Manuel García-Margallo. Em paralelo ao impulso multilateral, a diplomacia espanhola ainda busca reverter o que considera uma sub-representação no sistema europeu, esforçando-se para aumentar o número de espanhóis em altos cargos em Bruxelas. A nomeação de Miguel Arias Cañete, ex-Ministro da Agricultura, para o cargo de Comissário de Energia e Mudança Climática foi recebida com agrado pelo Governo espanhol. Outro tema de particular ativismo espanhol no âmbito comunitário diz respeito aos custos incorridos pelos países europeus mediterrâneos para fazer frente à pressão migratória no espaço Schengen nos últimos cinco anos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A crise financeira internacional iniciada em 2008 teve efeitos extremamente negativos para a economia espanhola. No período anterior de crescimento econômico (1996-2007), houve acúmulo de desequilíbrios, estimulados principalmente pelos vastos recursos disponibilizados pela União Europeia (UE). Esses desequilíbrios figuram em questões como o sobredimensionamento de infraestruturas (linhas de trem de alta velocidade, aeroportos, estradas, etc.); o excesso de exposição e insuficiente capitalização do setor bancário; e o superaquecimento do setor imobiliário.

O grande aumento do endividamento público e privado, em contexto de desaceleração econômica internacional, passou a gerar incertezas quanto à solvência da economia espanhola, abrindo espaço para trajetória de expressiva elevação do diferencial de rentabilidade entre os títulos da dívida espanhola de dez anos e os da dívida alemã, usada como referência.

Ainda em 2010, o então Presidente de Governo José Luiz Rodrigues Zapatero, do Partido Socialista, deu início ao processo de reformas, mantido e aprofundado pelo atual Presidente Mariano Rajoy, do Partido Popular, que começou sua administração com aumento de impostos e cortes orçamentários. A persistente desconfiança em relação às contas públicas e, principalmente, ao estado do setor bancário, levou a crise econômica espanhola a um momento crítico em maio de 2012, quando a taxa de risco do país atingiu o nível máximo registrado desde a adoção do euro.

Nesse contexto, foi aprovada pelo Eurogrupo, em junho de 2012, linha de crédito de até EUR 100 bilhões, para mitigar os temores sobre a solvência do setor bancário, a serem transferidos por meio do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), sucedido pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). Desse total, foram desembolsados EUR 41,3 bilhões, de uma linha de crédito encerrada em janeiro de 2014, quando a economia espanhola passou a dar sinais de recuperação.

Atualmente, de acordo com os últimos dados oficiais disponíveis, a Espanha já acumula quatro trimestres consecutivos de crescimento econômico (1,2% interanual). No segundo trimestre de 2014, houve aumento de 0,6% do PIB, o ritmo mais elevado já registrado desde o quarto trimestre de 2007. O crescimento econômico registrado em 2014, de 1,3%, é um dos melhores resultados entre as economias da zona do euro. Segundo a OCDE, a expectativa de crescimento do país é de 1,7% em 2015 e de 1,9% em 2016.

A desaceleração da economia europeia, particularmente da Alemanha e da França, pode, no entanto, criar dificuldades para que a Espanha consolide o crescimento de sua economia, razão pela qual o Governo vem anunciando uma série de medidas de incentivo às exportações e à promoção das empresas espanholas no exterior.

A recuperação econômica espanhola, no entanto, não tem contribuído significativamente para a redução da taxa de desemprego, que permanece em torno de 24% (em 2013, a taxa registrada foi de 26,03%). Para os trabalhadores com menos de 25 anos de idade, o índice de desemprego é ainda mais expressivo, 53,7%. Não obstante, em 2014, o país foi capaz de gerar empregos pela primeira vez em sete anos, interrompendo a série de seis anos consecutivos de aumento do desemprego.

Outro fator negativo do período pós-crise é constituído pelo aumento da dívida externa, que chegou a superar, em 2014, a marca histórica de 1 trilhão de euros, equivalente a 100% do PIB, o maior endividamento relativo em cem anos (antes da crise, em 2007, a proporção era de 36%). Será preciso gerar contínuos superávits para que a Espanha possa honrar o pagamento da dívida, fortemente concentrada no setor público. Some-se a isso a baixa inflação registrada, que terminou o ano de 2014 próxima de 0%, o que impede a desvalorização do componente nominal da dívida.

Comércio exterior

A balança comercial espanhola é tradicionalmente deficitária. Observa-se, no entanto, sensível redução do déficit em transações comerciais de bens, que em 2013 limitou-se a US\$ 21,3 bilhões. No acumulado de 2014, porém, o déficit voltou a registrar tendência de deterioração, atingindo US\$ 30,7 bilhões. O aumento do déficit é visto como reflexo da retomada do consumo interno, que pressiona as importações, em um contexto de leve queda do desemprego.

Entre 2009 e 2013, as exportações de mercadorias espanholas cresceram 39,4%. No acumulado de janeiro a novembro de 2014, as exportações continuaram assinalando boa evolução, traduzida no incremento de 2,7% sobre o mesmo período de 2013. Em termos geográficos, as vendas são fortemente concentradas em direção aos vizinhos europeus, sobretudo França (15,9% de participação no total), Alemanha (10,5%), Portugal (7,4%), Itália (7,1%) e Reino Unido (7,0%). No mesmo período, as importações expandiram-se 15,6%. No acumulado de 2014, os principais países supridores da demanda externa da Espanha foram: Alemanha (13,1% do total); França (11,7%); China (6,1%); Itália (6,0%); Países Baixos (4,7%); Reino Unido (4,3%); Portugal (3,8%).

O comércio de bens entre o Brasil e a Espanha cresceu 7,9% entre 2010 e 2014. Observe-se, porém, que esse crescimento deveu-se sobretudo ao desempenho das importações, uma vez que as exportações para a Espanha decresceram no período. Em valores monetários, o intercâmbio evoluiu de US\$ 6,641 bilhões, em 2010, para US\$ 7,165 bilhões, em 2014. As trocas, em 2014, experimentaram retração de 10,8% em relação a 2013. O enfraquecimento do fluxo comercial, no último ano, refletiu tanto perda de dinamismo pelo lado das exportações brasileiras, quanto decréscimo no montante adquirido pelo Brasil no mercado espanhol. No que tange ao resultado final das transações, a balança comercial com a Espanha reverteu tendência superavitária para o Brasil, resultando na acumulação de déficits para o lado brasileiro nos dois últimos anos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ESPANHA

Anos	Eventos
1873	Proclamação da Primeira República Espanhola
1888	Fundação da União Geral de Trabalhadores e do Partido Socialista Operário Espanhol
1898	Guerra Hispano-Americana, perda para os EUA dos territórios de Cuba e das Filipinas
1914	Neutralidade espanhola na I Guerra Mundial
1923	Início da ditadura do General Primo de Rivera (até 1930)
1931	Proclamação da Segunda República Espanhola, em 12 de abril
1936	Início da Guerra Civil Espanhola (até 1939), conflito entre nacionalistas e republicanos
1939	Início do governo ditatorial do General Francisco Franco (até 1975)
1939	Início da II Guerra Mundial. A Espanha permanece neutra
1945	Fim da II Guerra Mundial; a Espanha tem seu ingresso negado pela ONU
1955	Admissão da Espanha na ONU
1960	Fase de crescimento econômico, com expansão do turismo e entrada de divisas de emigrantes
1960	Surgimento de grupos como o ETA e o FRAP
1962	Espanha solicita sua entrada no Mercado Comum Europeu
1973	Assassinato do Presidente de Governo, Luis Carrero Blanco, pelo ETA
1975	Morte do General Francisco Franco, em 20 de novembro
1975	Início da transição da Espanha para a democracia (até 1982), com a coroação do Rei Juan Carlos I
1975	Adolfo Suárez é designado Presidente de Governo pelo Rei Juan Carlos
1978	Promulgação da Constituição democrática (ainda em vigor)
1982	Eleição de Felipe González, do PSOE, à Presidência de Governo
1986	Adesão da Espanha à Comunidade Econômica Europeia
1996	Partido Popular (PP) vence as eleições gerais, liderado por José María Aznar
1999	Adesão da Espanha à União Econômica e Monetária Europeia
2000	Eleições gerais: maioria absoluta do PP. Aznar continua à frente do Governo
2002	Entra em vigor o euro como moeda única europeia
2003	Aznar apoia a invasão do Iraque e envia tropas espanholas para combate na região
2004	Série de atentados terroristas em Madri mata 191 pessoas
2004	PSOE ganha as eleições e José Luis Rodríguez Zapatero torna-se Presidente da Espanha

2004	Zapatero toma, como primeira medida de seu governo, a retirada das tropas espanholas do Iraque
2006	ETA anuncia cessar-fogo permanente em toda região espanhola
2007	Atentado a bomba põe fim às negociações entre os separatistas e o governo de Madri
2008	Zapatero é reeleito à Presidência de Governo, em eleições em que tanto o PSOE quanto o PP logram aumentar seu número de deputados
2010	Espanha preside a UE no primeiro semestre, quando divide pela primeira vez as decisões da Presidência com as instâncias europeias
2010	ETA apresenta novo cessar-fogo, após período de intensa repressão policial, na Espanha e na França
2010	Governo empreende reformas trabalhista, previdenciária, financeira e do sistema de bancos; média nacional de desemprego chega a 20%
2011	ETA anuncia o fim do uso da violência (20/10)
2011	Eleições nacionais vencidas pelo PP. Posse de Mariano Rajoy como novo Presidente de Governo (21/12)
2012	Espanha passa por grave crise econômica, atingindo novo recorde de desemprego, com 25,2%, o que representa 5,77 milhões de pessoas (26/10)
2014	O Rei Juan Carlos I abdica em favor de seu filho, Felipe VI

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1834	A Espanha reconhece a independência do Brasil
1880	Década em que se inicia a imigração espanhola oficial em grande escala
1890	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Governo da Espanha
1933	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada
1936-40	Nova onda de imigração espanhola para o Brasil
1962	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro
1988	Assinatura do Tratado de Extradição entre Brasil e Espanha
1989	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil
1991	Assinatura do Convênio de Seguridade Social
1996	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos
2001	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha
2003	Visita do Presidente Aznar ao Brasil. Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
2005	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do Presidente do Governo José Luis Rodríguez Zapatero ao Brasil
2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita oficial à Espanha.
2008 (maio)	Presidente de Governo José Luis Rodríguez Zapatero realiza visita oficial ao Brasil
2008 (outubro)	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita à Espanha (Toledo e Madri)
2010	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa
2011	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação
2012 (junho)	Rei Juan Carlos, acompanhado do Ministro García-Margallo e de empresários espanhóis, visita o Brasil
2012 (novembro)	Presidenta Dilma Rousseff visita a Espanha

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	30/04/1870
Convenção de Arbitramento	08/04/1909	29/06/1911
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	28/11/1949	22/02/1954
Acordo Cultural	25/06/1960	01/06/1965
Acordo de Migração	27/12/1960	10/06/1964
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	03/12/1975
Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	02/04/1993
Convênio Zoossanitário para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal	12/04/1984	26/02/1986
Convênio de Defesa Fitossanitária	12/04/1984	14/12/1990
Tratado de Extradicação	02/02/1988	30/06/1990
Convênio de Cooperação para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988	26/04/1988	05/10/1990
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	13/04/1989	31/07/1991
Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e Protocolo de Intenções	13/04/1989	27/07/1992
Convênio de Seguridade Social	16/05/1991	01/12/1995
Tratado Geral de Cooperação e Amizade	23/07/1992	06/07/1994
Tratado sobre Transferência de Presos	07/11/1996	22/04/1998
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	18/04/1997	20/05/1998
Ajuste Complementar relativo à Realização da Terceira Edição do curso Ibero-Americano em Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências	14/05/1998	17/06/1998
Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-sustentado da Região Semi-árida brasileira	19/02/2002	26/08/2002
Convênio Complementar ao Convênio de	14/05/2002	Em ratificação

Seguridade Social		
Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre o Brasil e a Espanha	22/05/2006	01/02/2008
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	31/08/2011
Acordo para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	07/04/2009
Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	16/11/2009
Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	10/11/2009
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/07/2012	Tramitação CN
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	23/08/2013	Tramitação MRE

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Direção das Exportações da Espanha		
US\$ bilhões		
US\$ bilhões		
Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾ (jan-nov)	Part.% no total
França	47,47	15,9%
Alemanha	31,47	10,5%
Portugal	22,19	7,4%
Itália	21,29	7,1%
Reino Unido	20,89	7,0%
Estados Unidos	12,88	4,3%
Países Baixos	9,20	3,1%
Bélgica	7,57	2,5%
Marrocos	7,14	2,4%
Turquia	5,93	2,0%
...		
Brasil (17ª posição)	3,84	1,3%
Subtotal	189,86	63,4%
Outros países	109,54	36,6%
Total	299,40	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.

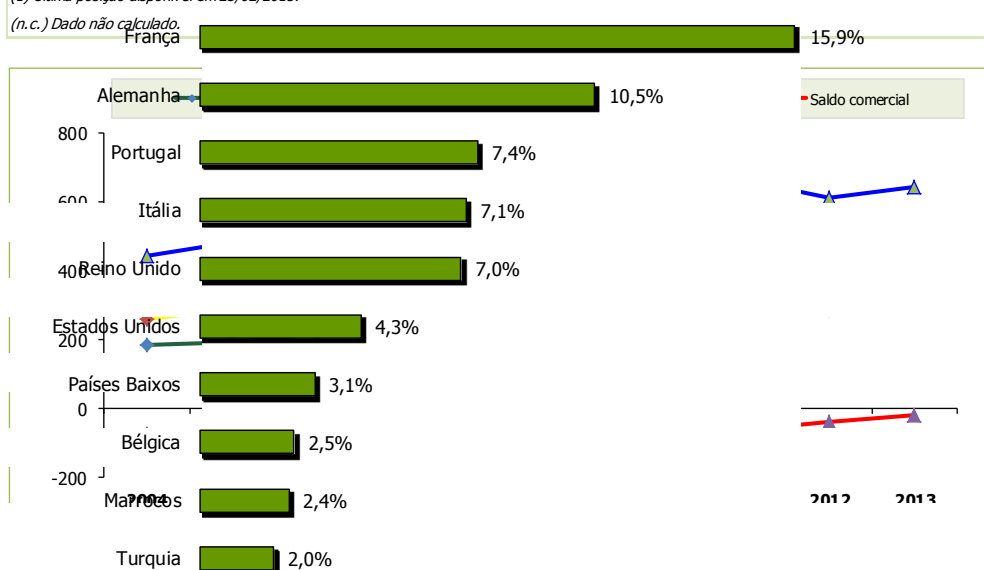
(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

2004-2013 70,2% 28,2% 45,5% n.c.

10 principais destinos das exportações

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

(n.c.) Dado não calculado.



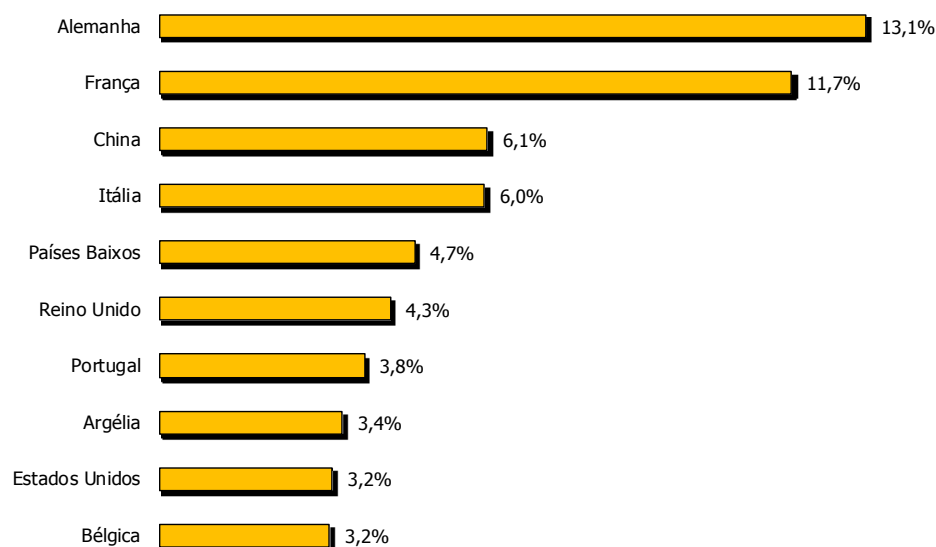
Origem das Importações da Espanha
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾ (jan-nov)	Part.% no total
Alemanha	43,24	13,1%
França	38,69	11,7%
China	20,09	6,1%
Itália	19,91	6,0%
Países Baixos	15,64	4,7%
Reino Unido	14,16	4,3%
Portugal	12,56	3,8%
Argélia	11,23	3,4%
Estados Unidos	10,61	3,2%
Bélgica	10,45	3,2%
...		
Brasil (21ª posição)	3,69	1,1%
Subtotal	200,28	60,7%
Outros países	129,81	39,3%
Total	330,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

10 principais origens das importações



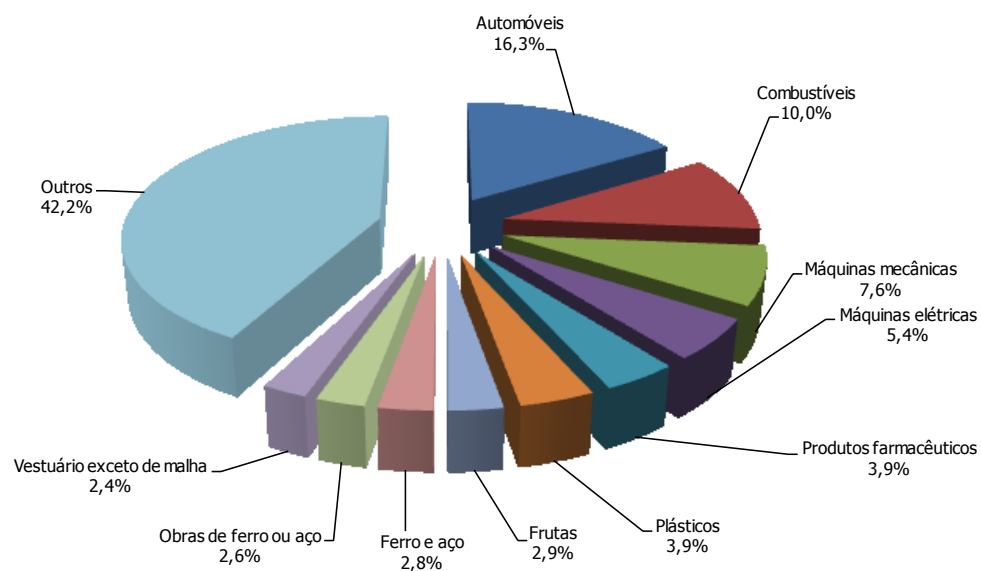
Composição das exportações da Espanha US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾ (jan-nov)	Part.% no total
Automóveis	48,95	16,3%
Combustíveis	29,80	10,0%
Máquinas mecânicas	22,76	7,6%
Máquinas elétricas	16,08	5,4%
Produtos farmacêuticos	11,82	3,9%
Plásticos	11,79	3,9%
Frutas	8,59	2,9%
Ferro e aço	8,47	2,8%
Obras de ferro ou aço	7,73	2,6%
Vestuário exceto de malha	7,05	2,4%
Subtotal	173,05	57,8%
Outros	126,35	42,2%
Total	299,40	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



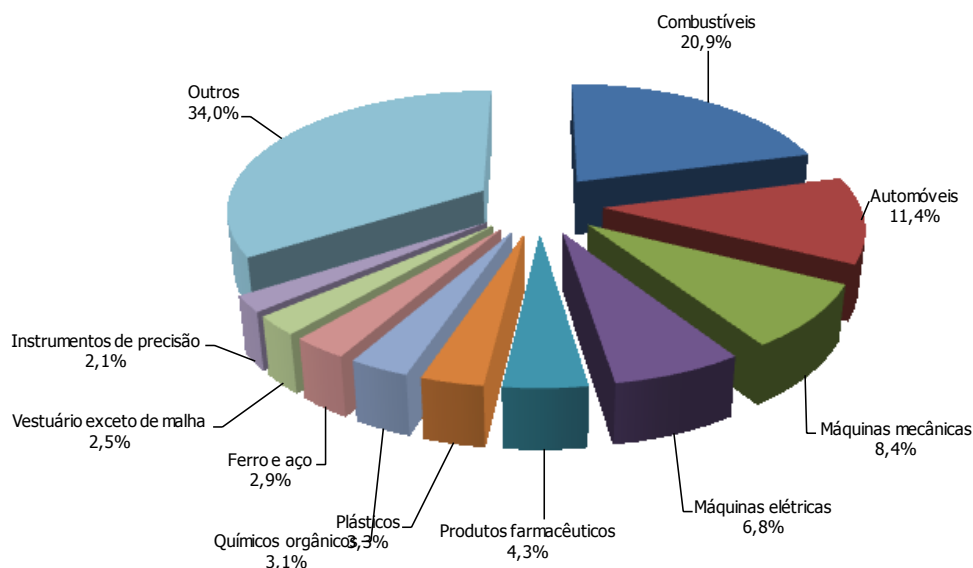
Composição das importações da Espanha
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾ (jan-nov)	Part.% no total
Combustíveis	69,14	20,9%
Automóveis	37,54	11,4%
Máquinas mecânicas	27,74	8,4%
Máquinas elétricas	22,58	6,8%
Produtos farmacêuticos	14,32	4,3%
Plásticos	10,87	3,3%
Químicos orgânicos	10,37	3,1%
Ferro e aço	9,70	2,9%
Vestuário exceto de malha	8,36	2,5%
Instrumentos de precisão	7,10	2,1%
Subtotal	217,72	66,0%
Outros	112,37	34,0%
Total	330,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, February 2015.

(1) Última posição disponível em 23/02/2015.

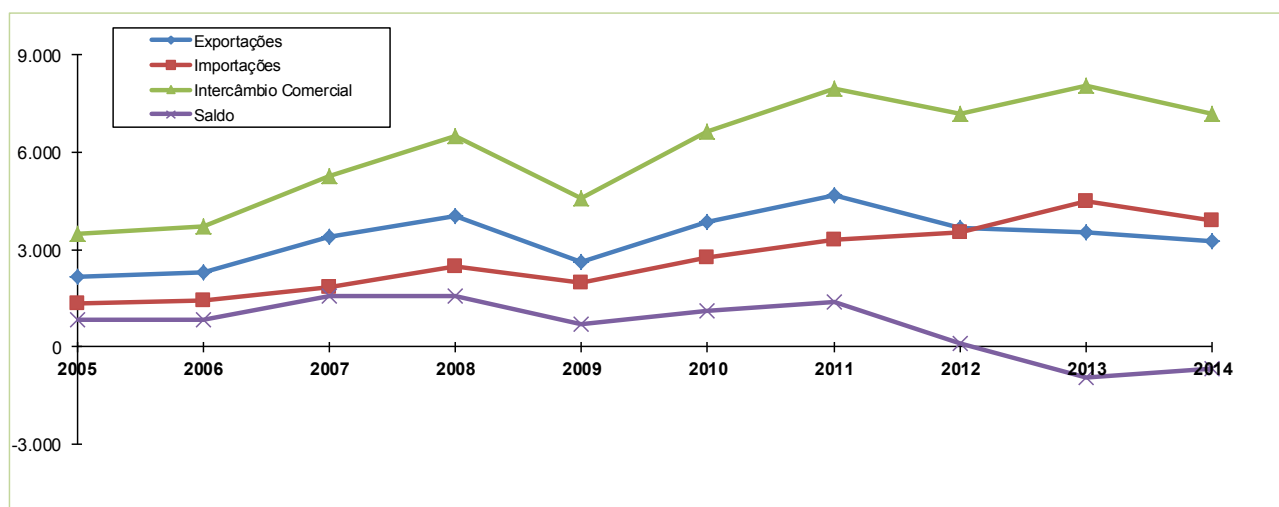
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Espanha
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	2.157	9,0%	1,82%	1.333	13,3%	1,81%	3.490	10,6%	1,82%	825
2006	2.279	5,6%	1,65%	1.431	7,4%	1,57%	3.710	6,3%	1,62%	848
2007	3.405	49,4%	2,12%	1.843	28,8%	1,53%	5.248	41,5%	1,87%	1.562
2008	4.046	18,8%	2,04%	2.472	34,1%	1,43%	6.518	24,2%	1,95%	1.574
2009	2.637	-34,8%	1,72%	1.956	-20,9%	1,53%	4.593	-29,5%	1,64%	682
2010	3.867	46,6%	1,92%	2.773	41,8%	1,53%	6.641	44,6%	1,73%	1.094
2011	4.675	20,9%	1,83%	3.299	19,0%	2,07%	7.974	20,1%	1,65%	1.376
2012	3.663	-21,6%	1,51%	3.543	7,4%	1,59%	7.207	-9,6%	1,55%	120
2013	3.546	-3,2%	1,47%	4.487	26,6%	1,96%	8.033	11,5%	1,67%	-940
2014	3.255	-8,2%	1,45%	3.910	-12,8%	1,71%	7.165	-10,8%	1,58%	-655
2015 (jan)	122	-40,9%	0,89%	346	19,6%	2,05%	468	-5,6%	1,53%	-224
Var. % 2005-2014	50,9%		n.a.	193,4%		n.a.	105,3%		n.a.	n.c.

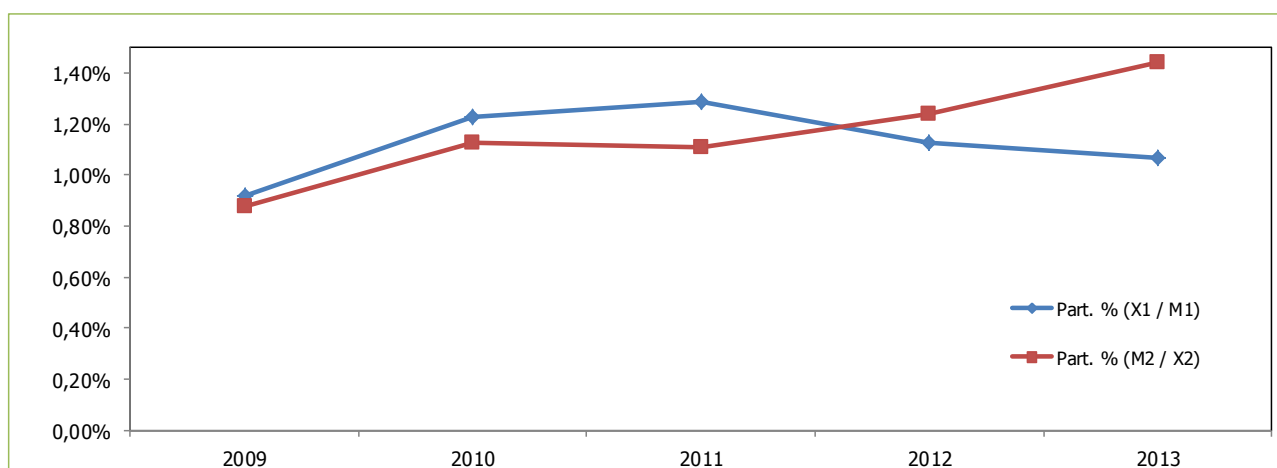
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado.



Part. % do Brasil no Comércio da Espanha
US\$ milhões

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para a Espanha (X1)	2.637	3.867	4.675	3.663	3.546	34,5%
Importações totais da Espanha (M1)	287.502	315.547	362.835	325.835	332.267	15,6%
Part. % (X1 / M1)	0,92%	1,23%	1,29%	1,12%	1,07%	16,3%
Importações do Brasil originárias da Espanha (M2)	1.956	2.773	3.299	3.543	4.487	129,4%
Exportações totais da Espanha (X2)	223.132	246.265	298.171	285.936	310.964	39,4%
Part. % (M2 / X2)	0,88%	1,13%	1,11%	1,24%	1,44%	64,6%

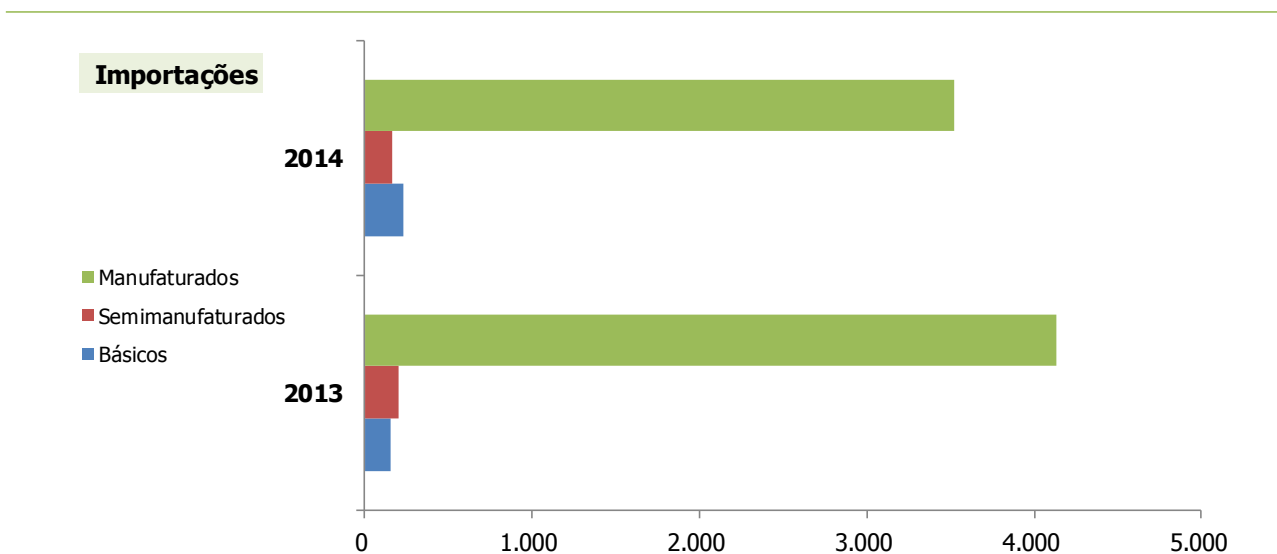
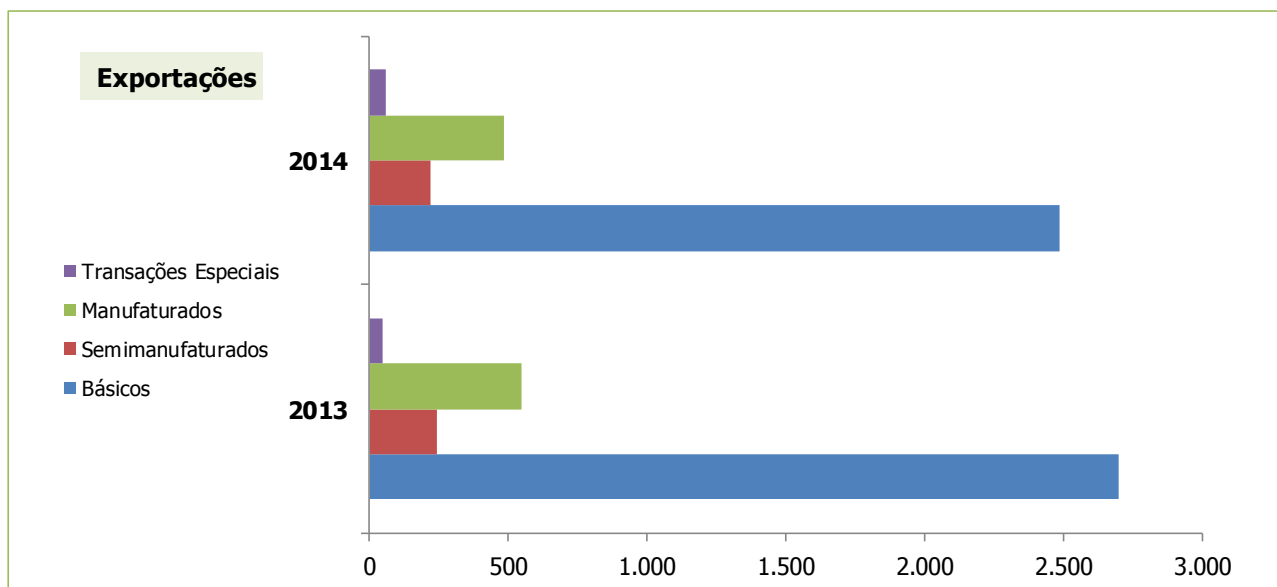
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



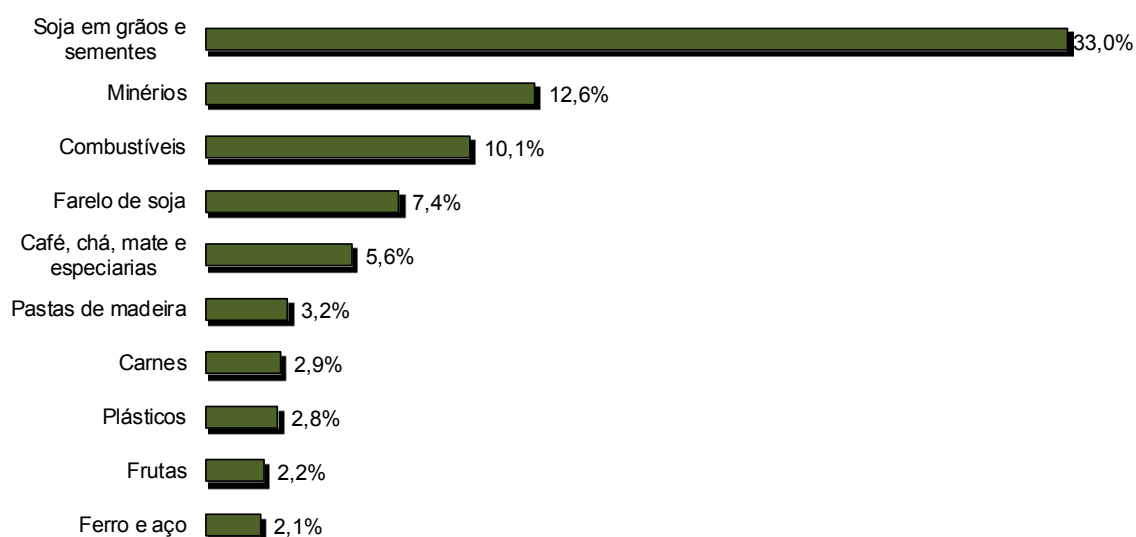
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Espanha
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grãos e sementes	1.134	31,0%	1.061	29,9%	1.074	33,0%
Minérios	536	14,6%	391	11,0%	410	12,6%
Combustíveis	432	11,8%	535	15,1%	329	10,1%
Farelo de soja	169	4,6%	116	3,3%	241	7,4%
Café, chá, mate e especiarias	151	4,1%	132	3,7%	183	5,6%
Pastas de madeira	100	2,7%	80	2,3%	103	3,2%
Carnes	86	2,3%	101	2,8%	94	2,9%
Plásticos	88	2,4%	89	2,5%	91	2,8%
Frutas	64	1,7%	72	2,0%	73	2,2%
Ferro e aço	63	1,7%	47	1,3%	69	2,1%
Subtotal	2.823	77,1%	2.624	74,0%	2.667	81,9%
Outros produtos	840	22,9%	922	26,0%	588	18,1%
Total	3.663	100,0%	3.546	100,0%	3.255	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

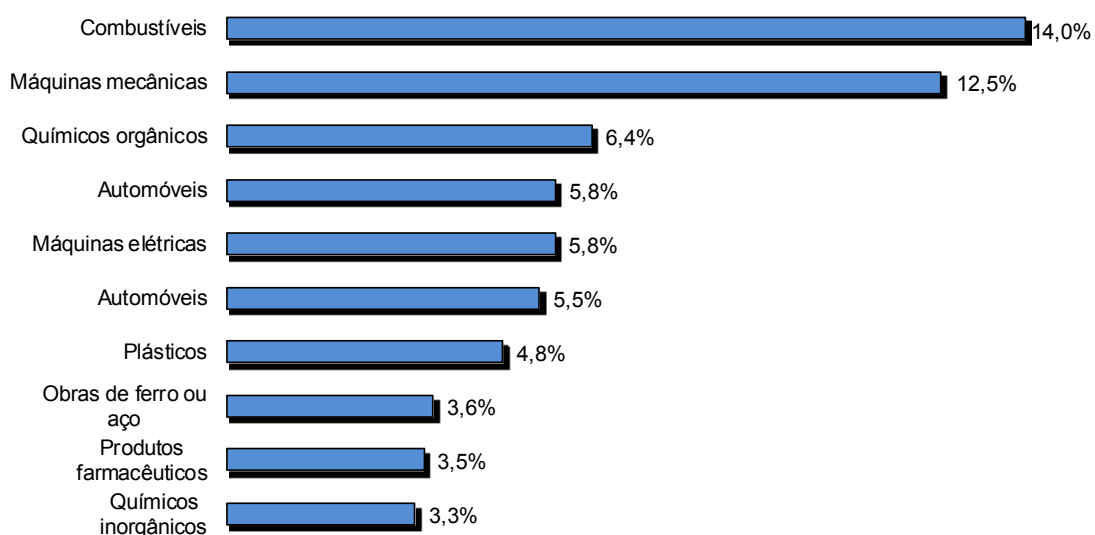


Composição das importações brasileiras originárias da Espanha
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	145	4,1%	902	20,1%	547	14,0%
Máquinas mecânicas	545	15,4%	655	14,6%	489	12,5%
Químicos orgânicos	233	6,6%	242	5,4%	250	6,4%
Automóveis	210	5,9%	186	4,1%	225	5,8%
Máquinas elétricas	340	9,6%	318	7,1%	225	5,8%
Automóveis	23	0,6%	46	1,0%	215	5,5%
Plásticos	151	4,3%	170	3,8%	189	4,8%
Obras de ferro ou aço	185	5,2%	246	5,5%	142	3,6%
Produtos farmacêuticos	137	3,9%	140	3,1%	135	3,5%
Químicos inorgânicos	121	3,4%	120	2,7%	129	3,3%
Subtotal	2.090	59,0%	3.025	67,4%	2.547	65,1%
Outros produtos	1.453	41,0%	1.462	32,6%	1.363	34,9%
Total	3.543	100,0%	4.487	100,0%	3.910	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Minérios	57,1	27,6%	27,2	22,2%	Minérios 27,2
Combustíveis	22,2	10,7%	20,1	16,4%	Combustíveis 20,1
Café, chá, mate, especiarias	8,7	4,2%	17,6	14,4%	Café, chá, mate, especiarias 17,6
Frutas	8,0	3,9%	7,2	5,9%	Frutas 7,2
Pastas de madeira	9,8	4,7%	6,3	5,1%	Pastas de madeira 6,3
Carnes	7,5	3,6%	5,1	4,2%	Carnes 5,1
Máquinas mecânicas	3,1	1,5%	4,9	4,0%	Máquinas mecânicas 4,9
Plásticos	13,1	6,3%	3,2	2,6%	Plásticos 3,2
Papel	5,3	2,6%	3,0	2,5%	Papel 3,0
Pescados	0,8	0,4%	2,9	2,3%	Pescados 2,9
Subtotal	136	65,6%	97	79,7%	
Outros produtos	71	34,4%	25	20,3%	
Total	207	100,0%	122	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações					
Combustíveis	7,0	2,4%	77,0	22,3%	Combustíveis 77,0
Máquinas elétricas	15,1	5,2%	38,6	11,2%	Máquinas elétricas 38,6
Máquinas mecânicas	60,1	20,8%	35,1	10,1%	Máquinas mecânicas 35,1
Obras de ferro ou aço	20,4	7,1%	22,3	6,5%	Obras de ferro ou aço 22,3
Automóveis	18,0	6,2%	21,2	6,1%	Automóveis 21,2
Químicos orgânicos	13,3	4,6%	19,9	5,7%	Químicos orgânicos 19,9
Adbos	11,2	3,9%	14,9	4,3%	Adbos 14,9
Químicos inorgânicos	14,9	5,2%	11,0	3,2%	Químicos inorgânicos 11,0
Plásticos	11,9	4,1%	10,8	3,1%	Plásticos 10,8
Borracha	9,3	3,2%	9,9	2,9%	Borracha 9,9
Subtotal	181	62,7%	261	75,4%	
Outros produtos	108	37,3%	85	24,6%	
Total	289	100,0%	346	100,0%	

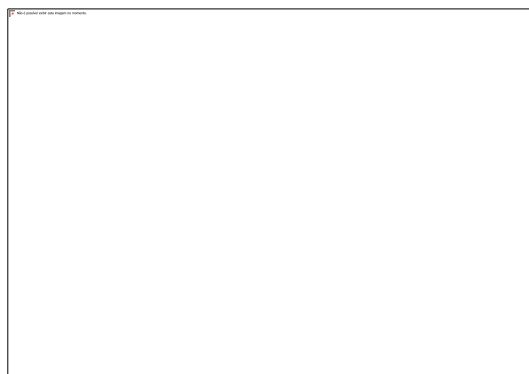
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa I

ANDORRA



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVA

Março de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Principado de Andorra
CAPITAL	Andorra la Vella
ÁREA	468 km ²
POPULAÇÃO (est. 2014)	85.458 pessoas
IDIOMA OFICIAL	Catalão (oficial)
PRINCIPAL RELIGIÃO	Catolicismo
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia Parlamentar
CHEFES DE ESTADO	Os Copríncipes Joan Enrique Vives i Sicília (Bispo da Sé de Urgel, Catalunha) e François Hollande (Presidente da França)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Antoni Martí Petit
CHANCELER	Gilbert Saboya Sunyé
PIB NOMINAL (2013)	€ 2,447 bilhões
PIB PPP (2013)	€ 3,26 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2013)	€ 34.975
VARIAÇÃO DO PIB	- 0,1% (2013) -1,6% (2012); -2,8% (2011); -3,4% (2010);
IDH	0,83/37º (Brasil: 0,74/79º)
EXPECTATIVA DE VIDA	82,7 anos
ALFABETIZAÇÃO	100%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em US\$ milhares) *Fonte: MDIC*

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	27,4	34,5	438,7	113,9	3.617,4	1.983,8	1.447,9	1.300,8	165,9
Exportações	27,2	34,5	21,6	101,0	105,6	171,2	366,0	14,6	1,6
Importações	209	--	417,1	12,8	3.511,8	1.812,5	1.081,9	1.286,2	164,2
Saldo	130,2	34,5	-395,5	88,2	-3.406,2	-1.641,3	-715,9	-1.271,6	-162,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

Joan Enric Vives i Sicília

Bispo de Urgel e Copríncipe do Principado de Andorra



Dom Joan Enric Vives i Sicília, Bispo de Urgel, é chefe de Estado do Principado de Andorra, ao lado de François Hollande, Presidente da República Francesa. Nasceu a 24 de julho de 1949, em Barcelona. Ordenou-se sacerdote aos 25 anos, fixando-se na Arquidiocese de Barcelona. Licenciou-se em Teologia pela Faculdade de Teologia de Barcelona em 1976 e em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Barcelona em 1982. É doutor em filosofia pela Universidade de Barcelona.

Foi sagrado Bispo de Urgel em 2003, depois da renúncia, por motivos de idade, do Monsenhor Joan Martí Alanís. Em 10 de julho do mesmo ano, fez seu juramento constitucional como Copríncipe de Andorra, na sede do Conselho Geral, em Andorra la Vella.

François Hollande

Presidente da República Francesa e Copríncipe do Principado de Andorra



Nascido a 12 de agosto de 1954, em Rouen (Normandia), François Hollande estudou em três das principais instituições do ensino superior francês – Escola Nacional de Administração, Instituto de Estudos Políticos (Sciences Po) e Escola de Altos Estudos de Comércio.

Eleito presidente da República Francesa em maio de 2012, sua ascensão ao Palácio do Eliseu consagra trajetória política de três décadas, que destoa das biografias dos demais Presidentes da V República. Trata-se do primeiro Chefe de Estado que jamais exerceu função ministerial. Sua principal responsabilidade política foi ter sido Primeiro-Secretário do Partido Socialista, de 1997 a 2008. Foi ainda Prefeito de Tulle (2001-2008), Presidente do Conselho Geral do Departamento da Corrèze (2008-2012) e Deputado (1988-93 e 1997-2012).

Antoni Martí Petit
Chefe de Governo



O Chefe de Governo de Andorra, Antoni Martí Petit, nasceu a 10 de novembro de 1963, em Escaldes-Engordany. É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Toulouse, na França.

Começou sua carreira política em 1994, ao ser eleito Conselheiro-Geral (Deputado) pelo *Partido Liberal de Andorra*. Ocupou o cargo até 2003, quando foi eleito Cônsul-Maior (Prefeito) de Escaldes-Engordany.

Em abril de 2011, foi eleito novamente Conselheiro-Geral e conduziu a coalizão de centro-direita *Democratas por Andorra* a expressiva vitória nas eleições legislativas andorranas. A campanha da coalizão fundou-se principalmente em um programa contrário à criação de um imposto de renda no país.

Em 12 de maio do mesmo ano foi designado Chefe de Governo (*Cap de Govern*) de Andorra. Em setembro, a coalizão *Democratas por Andorra* tornou-se um partido político e Antoni Martí foi escolhido Presidente da legenda. Em 1º de março de 2015, foi reeleito para o cargo, após vitória da coalizão *Democratas por Andorra* nas eleições gerais andorranas.

Gilbert Saboya Sunyé
Ministro dos Assuntos Exteriores



Gilbert Saboya Sunyé, Ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, nasceu a 28 de julho de 1966, em Sant Julià de Lòria, na fronteira com a Espanha.

Após realizar estudos primários e secundários em Andorra, graduou-se em Ciências Económicas pela Universidade de Toulouse, na França. Entre 1991 e 2009, trabalhou no setor financeiro andorrano, ocupando diversos cargos de direção no Banc Internacional Banca Mora. Em 2010, fundou a empresa de consultoria financeira Alfa Quest Saboya Assessores.

Desde princípios dos anos 1990, integrou agremiações à direita do espectro político. É membro, desde 2011, dos *Democratas por Andorra*, coalizão de centro-direita, de corte liberal. Foi Deputado na primeira legislatura do Parlamento andorrenho após a Constituição de 1993 (1994-1997).

Em 15 de maio de 2011, após a vitória dos *Democratas por Andorra* no pleito legislativo de 3 de abril, foi designado Ministro dos Assuntos Exteriores pelo Primeiro-Ministro Antoni Martí.

RELAÇÕES BILATERAIS

Com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas, em 1993, o Brasil e o Principado passaram a manter diálogo político regular e a trocar votos em eleições para organismos internacionais. Em 1997, foi nomeado o primeiro Embaixador cumulativo no país, residente em Madri. O serviço consular é oferecido pelo Consulado-Geral em Barcelona.

Em 30 de abril de 2013, o Ministro dos Assuntos Exteriores andorrano, Gilbert Saboya Sunyé, visitou Brasília, ocasião na qual manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores e com o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo. Esta foi a primeira visita de um Chanceler andorrano ao Brasil, e ocorreu em contexto de busca deliberada de diversificação de parceiros diplomáticos e comerciais do Principado.

Durante a visita, o Chanceler Gilbert Saboya manteve reuniões visando ao incremento da cooperação na área do turismo entre Brasil e Andorra. Ambos os países manifestaram o desejo de encorajar o intercâmbio bilateral de turistas e os investimentos mútuos na área de turismo, bem como de promover a cooperação entre os entes de turismo dos dois governos meio do intercâmbio de especialistas, de troca de experiências e informações.

Andorra tem apoiado a quase totalidade das candidaturas apresentadas pelo Brasil. Nos últimos anos, apoiou candidaturas brasileiras ao Conselho de Direitos Humanos (ONU), ao Programa Hidrológico Internacional (UNESCO), ao Comitê Jurídico e ao Conselho Intergovernamental do Programa "Informação para Todos" (UNESCO) e ao Comitê para Proteção e Promoção da Diversidade das Experiências Culturais (UNESCO). Mais recentemente, apoiou a reeleição da Dr.^a Silvia Pimentel para o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), e a candidatura brasileira como membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Apesar de não se ter manifestado explicitamente sobre o Brasil, o anterior governo social-democrata era favorável à expansão dos membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Andorra é o último remanescente da *Marca Hispanica*, o conjunto de Estados-tampão criado por Carlos Magno, nos Pireneus, para impedir o avanço

dos sarracenos para além da Península Ibérica. O mito fundacional de Andorra refere uma carta de autonomia outorgada pelo próprio Imperador ao povo andorrenho, em 805, como reconhecimento por seus esforços no combate aos mouros. Apesar de historicamente contestada, a versão mítica serve de tema ao hino nacional, intitulado “Ao Grande Carlos Magno, meu pai”.

O primeiro registro oficial da existência de Andorra consta do ato de consagração do Condado de Urgel, de 839, firmado por Carlos, o Calvo, neto de Carlos Magno. O ato elenca as paróquias andorrenhas entre os domínios feudais do Conde. Em 1133, o domínio sobre o território foi transferido aos bispos de Urgel, na Catalunha.

No século XIII, a diocese de Urgel e o Conde de Foix, nos Pireneus franceses, disputaram militarmente o controle da região. O conflito terminou em 1278, mediante a assinatura de tratado que estabeleceu o regime de *diarquia* que vige até hoje: desde então, o domínio sobre o território foi dividido entre dois co-príncipes: um francês e laico (o Conde de Foix e, posteriormente, por sucessão dinástica ou por sucessão de Estados, o Rei de Navarra, o Rei da França, e, finalmente, o Presidente da República Francesa), um espanhol e eclesiástico (o Bispo de Urgel).

O principado, por seu isolamento, manteve-se alheio às mudanças políticas dos séculos subsequentes (o que ajuda a explicar sua preservação como entidade independente). Somente em 1914 foi concluída a primeira estrada a interligar Andorra ao mundo exterior (neste caso, à Sé de Urgel). Ligação rodoviária com a França somente foi concluída em 1933. As primeiras instalações elétricas chegaram a Andorra em 1929. Emissora de rádio somente começou a operar em 1935. Até hoje não há aeroportos ou estações de trem no país.

As reformas de 1993

Resquícios do feudalismo permaneceram até 1993, sobretudo no que dizia respeito à separação de Poderes. O país também era muito criticado, àquela altura, por sua legislação liberal em matéria de nacionalidade, que implicava que 70% dos habitantes não fossem cidadãos andorrenhos. Em 1993, o país passou a integrar a ONU e estava em vias de ultimar sua adesão ao Conselho da Europa, que já exercia pressão em prol da modernização do sistema constitucional.

Em maio daquele ano, adotou-se nova Constituição, aprovada em consulta popular e referendada pelo Bispo de Urgel e pelo Presidente François Mitterrand. A nova Carta estabeleceu democracia parlamentar plena e multipartidária e manteve a diarquia vigente (embora reduzisse os poderes dos dois copríncipes, sobretudo ao retirar-lhes o poder de vetar legislação). O Poder Executivo passou a ser chefiado por um *Cap de Govern* eleito pelo

Conselho Geral, assessorado por nove Ministros de Estado por ele indicados. O Poder Legislativo, unicameral, é exercido pelo Conselho Geral de Andorra, composto por 28 parlamentares eleitos para mandatos de quatro anos por representação proporcional em lista fechada.

A despeito das reformas de 1993, as relações especiais com a França e a Espanha preservam-se em domínios como a defesa nacional (a cargo dos vizinhos, uma vez que o país não mantém forças armadas), os serviços postais (operados pelos vizinhos) e no pagamento de tributo anual (chamado a *pestia*) aos co-soberanos.

Contexto atual

Desde 1993, o sistema político andorrano vem-se estruturando em torno de duas principais forças políticas: um polo de centro-direita (atualmente representado pela coalizão *Democratas por Andorra* e pelo Partido Liberal) e um de centro-esquerda (atualmente representado pela coalizão *Junts* e pelo Partido Social-Democracia e Progresso - SDP).

As últimas eleições gerais — o sétimo pleito desde 1993 — foram realizadas em 1º de março de 2015. A Coalizão *Democratas por Andorra*, do Primeiro-Ministro Antoni Martí Petit, recebeu 37% dos votos. O segundo lugar coube ao Partido Liberal, com 27,6% dos votos. A coalizão *Junts*, composta pelos sociais-democratas, verdes e pela Iniciativa Cidadã, somou 23,5% dos votos. O Partido Social-democracia e Progresso (SDP) terminou o pleito com 11,7% dos votos. A coalizão *Democratas por Andorra* e o Primeiro-Ministro Antoni Petit estão no Governo desde abril de 2011.

Desde a gestão social-democrata, o principal legado dos Governos de Andorra é a relativa normalização do *status* fiscal, requisito indispensável para a continuidade do processo de aproximação com relação à União Europeia. O país deixou de figurar na “lista negra” de paraísos fiscais da OCDE e, desde então, elabora novo sistema tributário.

Após a promulgação da Constituição de 1993, Andorra, Espanha e França assinaram *Tratado Tripartite de Boa Vizinhança, de Amizade e de Cooperação*. Pelo tratado, Madri e Paris reconheceram o principado como Estado soberano, estabeleceram relações diplomáticas com Andorra e assumiram o ônus de, quando instadas a tanto, exercer a representação diplomática de Andorra perante terceiros países, prestar assistência consular a nacionais andorranos e emitir vistos para viajantes que queiram visitar o país. O artigo 6º do tratado estabelece que será mantido equilíbrio entre a França e a Espanha no exercício dessas funções de representação.

Andorra tornou-se membro da ONU em 1993 e do Conselho da Europa em 1994. O país não é membro da União Europeia, com a qual, no entanto, integra união aduaneira desde 1991 (cujas disposições não se aplicam a produtos agrícolas). É um *status* semelhante ao da Turquia e algo menos profundo do que de Mônaco e San Marino (para os quais vige a união aduaneira inclusive para bens agrícolas). Andorra, de resto, adota o euro, embora sem integrar o Eurogrupo.

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal da OCDE, deixando de integrar a lista negra de paraísos fiscais da organização.

Andorra participa das reuniões da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo desde 2005.

Cerca de metade do PIB andorrano provém dos setores financeiro, imobiliário e de serviços. Merece destaque especial o turismo, a mais importante fonte de receitas do país: com população de 85 mil habitantes, Andorra recebe 9 milhões de turistas por ano e conta com mais de 250 estabelecimentos hoteleiros. O principal atrativo turístico do país é a prática do esqui. Ao todo, o esqui gera receitas da ordem de € 340 milhões por ano, empregando mais de 2 mil pessoas. Preocupado com a recessão europeia, o Governo de Andorra tem buscado divulgar o país como destino de inverno, e identifica no Brasil um foco prioritário.

O Principado mantém boas relações comerciais com os países europeus de seu entorno. Pelas limitações de sua economia e por razões geográficas, as prioridades comerciais andorranas centram-se, sobretudo, nos dois grandes vizinhos: Espanha e França. As exportações andorranas de bens revelaram, contudo, perda de dinamismo ao longo dos últimos dez anos. As vendas externas passaram de € 130 milhões em 2005 para € 74 milhões em 2014, o que representou decréscimo de 43,3% no período. As exportações são direcionadas, sobretudo, aos dois principais sócios comerciais do Principado.

O comércio bilateral com o Brasil é pouco expressivo. Em 2014, o Brasil foi o 28º destino de produtos andorranos, com participação de 0,1% sobre o total. Entre as exportações brasileiras, cabe destaque aos produtos de confeitaria (como bombons e caramelos) e de joalheria, que somaram, em 2012, mais de 80% pauta. Entre os produtos comprados pelo Brasil, sobressaem-se peças e circuitos eletrônicos digitais (revendidos a partir de Andorra, mas não produzidos no país). O Brasil mantém déficit estrutural em suas trocas com Andorra, devido sobretudo à importação desse último grupo de produtos.

Desde o início da crise econômica internacional, no contexto de maior pressão contra os chamados “paraísos fiscais”, Andorra buscou firmar com diversos países acordos para troca de informações tributárias. No Brasil, Andorra consta da relação de "países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados" da Receita Federal, de acordo com a Instrução Normativa nº 1037, de 4 de junho de 2010. Com vistas a mudar essa situação, o Governo andorrano iniciou negociações com a Receita Federal sobre Acordo em Matéria de Intercâmbio de Informação Fiscal em outubro de 2009.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE ANDORRA

Ano	Evento
839	Primeira menção à existência de Andorra, em ato que elenca a região como domínio do Condado de Urgel.
1113	O domínio sobre Andorra passa ao Bispo de Urgel.
1278	Termina disputa entre o Conde de Foix e o Bispo de Urgel pelo domínio sobre Andorra. Estabelecimento da diarquia.
1914	Construída a primeira estrada a interligar Andorra ao mundo exterior.
1929	Primeiras instalações elétricas.
1993	Outorga de nova Constituição. Início da participação na ONU.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1993	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado
1997	Nomeação do primeiro Embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri
2013	O Ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil

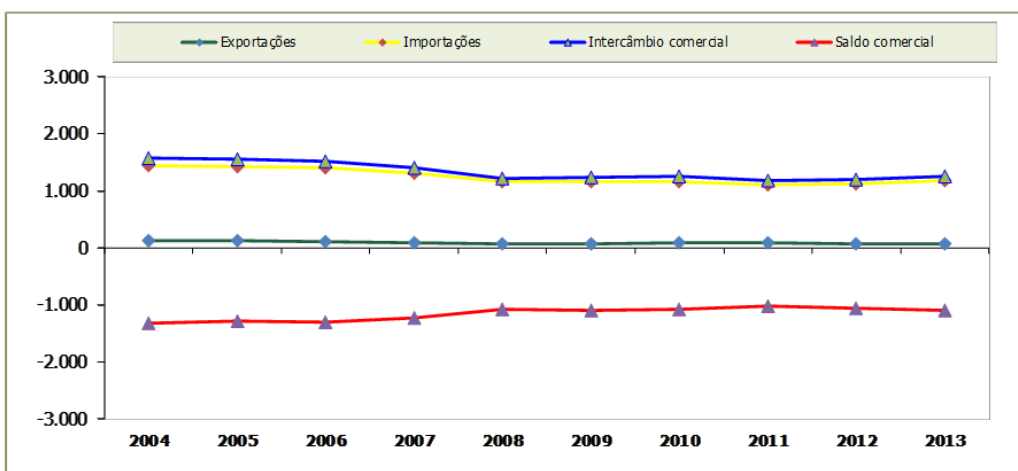
ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais em vigor com Andorra que tenham sido tramitados pelo Congresso Nacional.

DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior de Andorra € milhões							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2013
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	130,1	17,8%	1.449	2,5%	1.580	3,6%	-1.319
2006	132,4	1,8%	1.423	-1,8%	1.555	-1,5%	-1.291
2007	109,9	-17,0%	1.403	-1,4%	1.513	-2,8%	-1.293
2008	94,2	-14,3%	1.320	-5,9%	1.414	-6,5%	-1.226
2009	72,1	-23,5%	1.153	-12,6%	1.225	-13,4%	-1.081
2010	69,9	-3,0%	1.160	0,6%	1.229	0,4%	-1.090
2011	81,8	-37,1%	1.164	-19,7%	1.246	-21,1%	-1.083
2012	82,4	0,8%	1.103	-5,3%	1.185	-4,9%	-1.020
2013	74,5	-9,6%	1.128	2,3%	1.203	1,5%	-1.054
2014	73,7	-1,0%	1.175	4,2%	1.249	3,8%	-1.101
Var. % 2005-2014	-43,3%		-18,9%		-20,9%		n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.
(n.c.) Dado não calculado.*

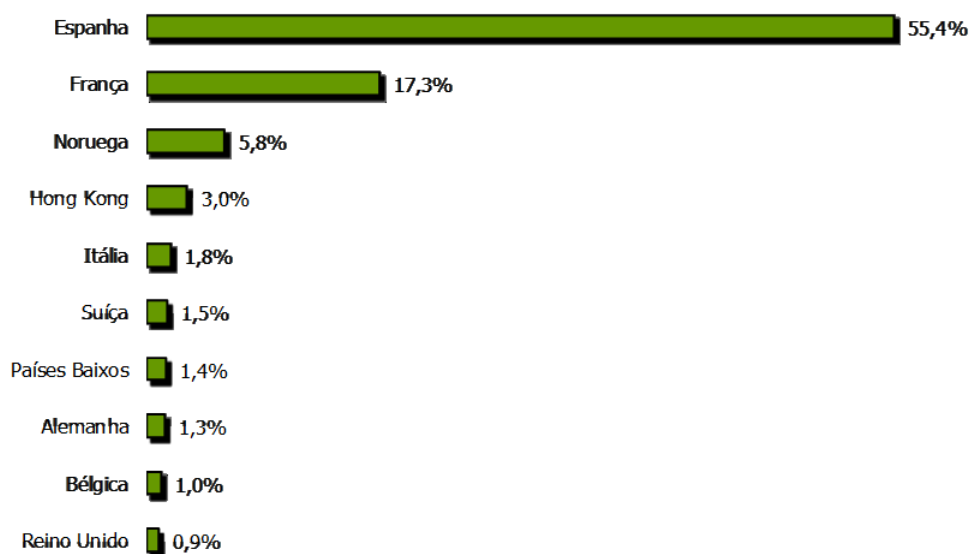


Direção das Exportações de Andorra
€ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Espanha	40,86	55,4%
França	12,72	17,3%
Noruega	4,26	5,8%
Hong Kong	2,21	3,0%
Itália	1,33	1,8%
Suíça	1,13	1,5%
Países Baixos	1,06	1,4%
Alemanha	0,99	1,3%
Bélgica	0,77	1,0%
Reino Unido	0,65	0,9%
...		
<i>Brasil (28ª posição)</i>	<i>0,06</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	66,03	89,5%
Outros países	7,71	10,5%
Total	73,74	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais destinos das exportações

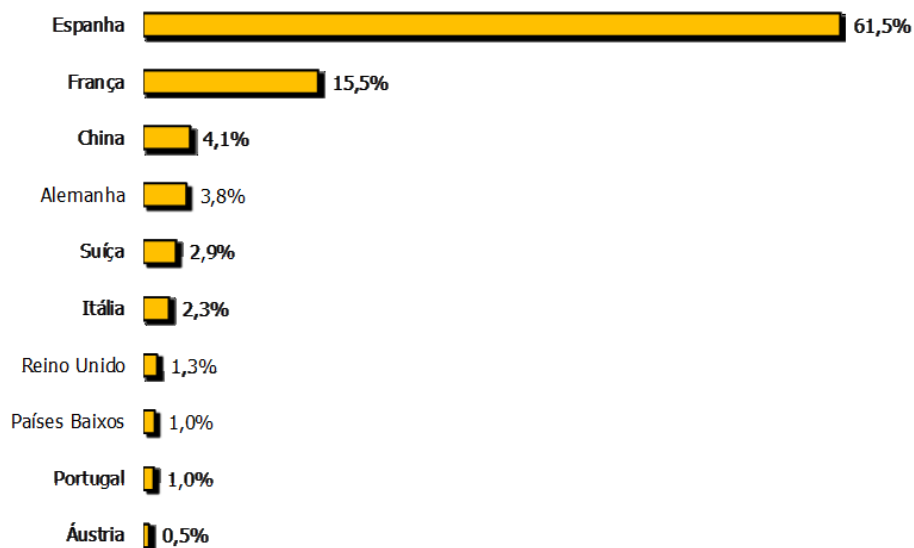


Origem das Importações do país
€ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Espanha	722,77	61,5%
França	181,82	15,5%
China	48,60	4,1%
Alemanha	45,19	3,8%
Suíça	34,40	2,9%
Itália	27,07	2,3%
Reino Unido	15,04	1,3%
Países Baixos	12,16	1,0%
Portugal	11,21	1,0%
Áustria	6,46	0,5%
...		
Brasil (53ª posição)	0,18	0,0%
Subtotal	1.105	94,0%
Outros países	70	6,0%
Total	1.175	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais origens das importações

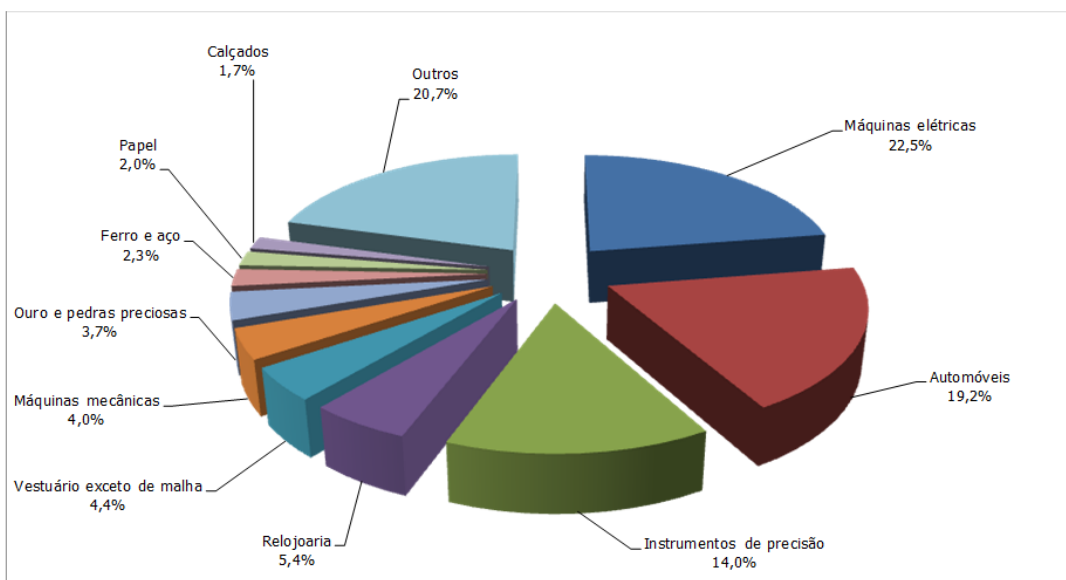


Composição das exportações de Andorra € milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	16,62	22,5%
Automóveis	14,19	19,2%
Instrumentos de precisão	10,35	14,0%
Relojoaria	3,99	5,4%
Vestuário exceto de malha	3,24	4,4%
Máquinas mecânicas	2,98	4,0%
Ouro e pedras preciosas	2,73	3,7%
Ferro e aço	1,68	2,3%
Papel	1,45	2,0%
Calçados	1,24	1,7%
Subtotal	58,47	79,3%
Outros	15,27	20,7%
Total	73,74	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

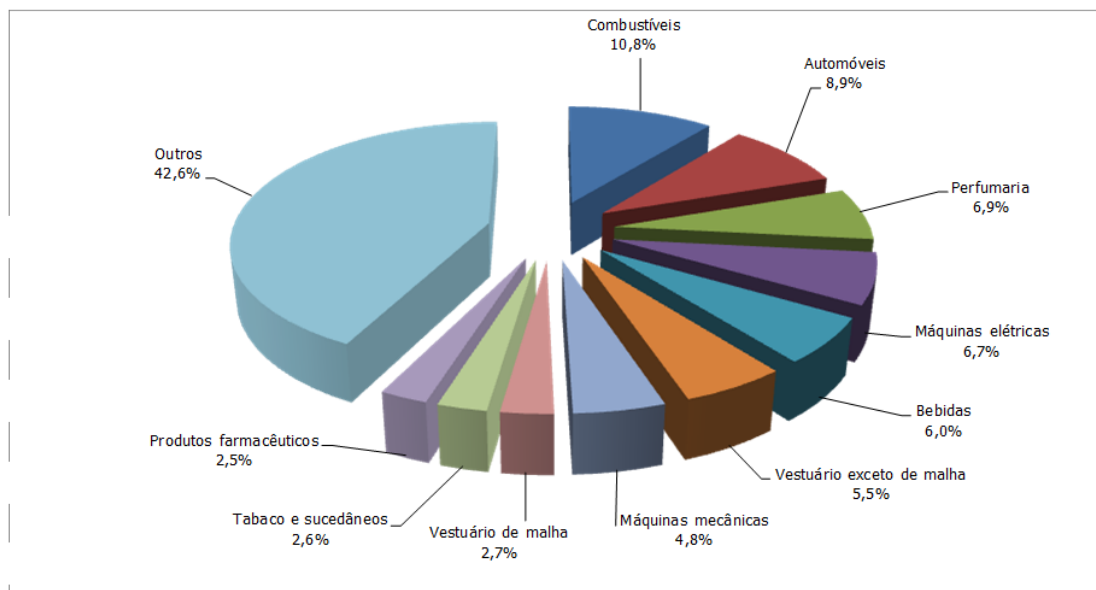


Composição das importações de Andorra € milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	127,44	10,8%
Automóveis	104,97	8,9%
Perfumaria	80,74	6,9%
Máquinas elétricas	78,69	6,7%
Bebidas	70,12	6,0%
Vestuário exceto de malha	64,65	5,5%
Máquinas mecânicas	56,08	4,8%
Vestuário de malha	32,21	2,7%
Tabaco e sucedâneos	30,37	2,6%
Produtos farmacêuticos	29,43	2,5%
Subtotal	675	57,4%
Outros	500	42,6%
Total	1.175	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Govern d'Andorra - Departament d'Estadística, fevereiro de 2015.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Andorra

US\$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2005	61	321,1%	0,05%	0,3	-71,3%	0,00%	61	296,0%	0,03%	61
2006	27	-55,5%	0,02%	0,2	-78,9%	0,00%	27	-55,3%	0,01%	27
2007	34	26,8%	0,02%	0,0	-100,0%	0,00%	34	25,8%	0,01%	34
2008	22	-37,4%	0,01%	417	100,0%	0,24%	439	(+)	0,13%	-396
2009	101	368,0%	0,07%	13	-96,9%	0,01%	114	-74,0%	0,04%	88
2010	106	4,5%	0,05%	3.512	(+)	1,93%	3.617	(+)	0,94%	-3.406
2011	171	62,2%	0,07%	1.813	-48,4%	0,08%	1.984	-45,2%	0,41%	-1.641
2012	366	113,7%	0,15%	1.082	-40,3%	0,48%	1.448	-27,0%	0,31%	-716
2013	15	-96,0%	0,01%	1.286	18,9%	0,56%	1.301	-10,2%	0,27%	-1.272
2014	2	-88,6%	0,00%	164	-87,2%	0,07%	166	-87,3%	0,04%	-163

Não houve trocas comerciais entre os dois países em janeiro de 2015.

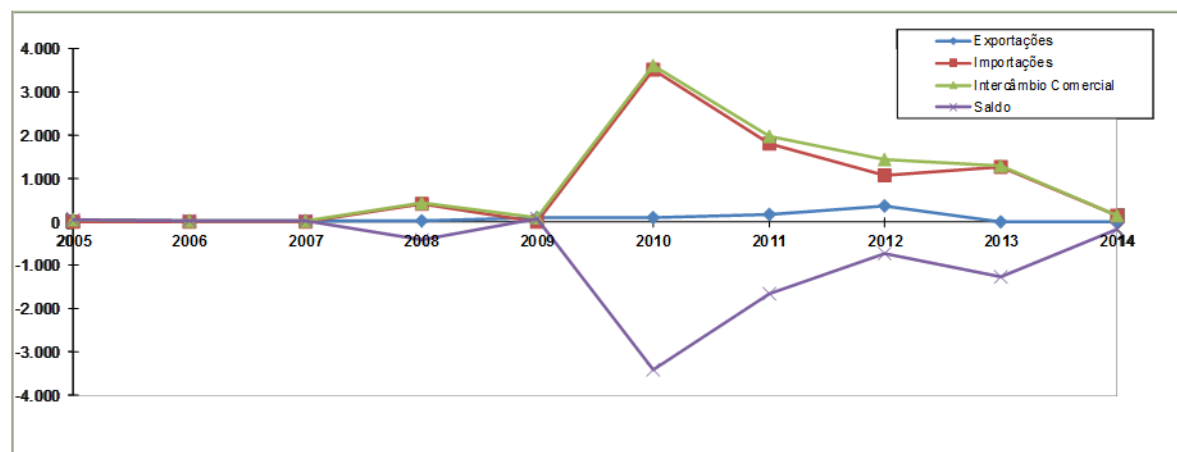
Var. % 2005-2014	-97,3%	n.a.	57710,9%	n.a.	170,2%	n.a.	n.c.
-----------------------------	---------------	-------------	-----------------	-------------	---------------	-------------	-------------

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

(+) Variação superior a 1.000%

(n.a.) Critério não aplicável.

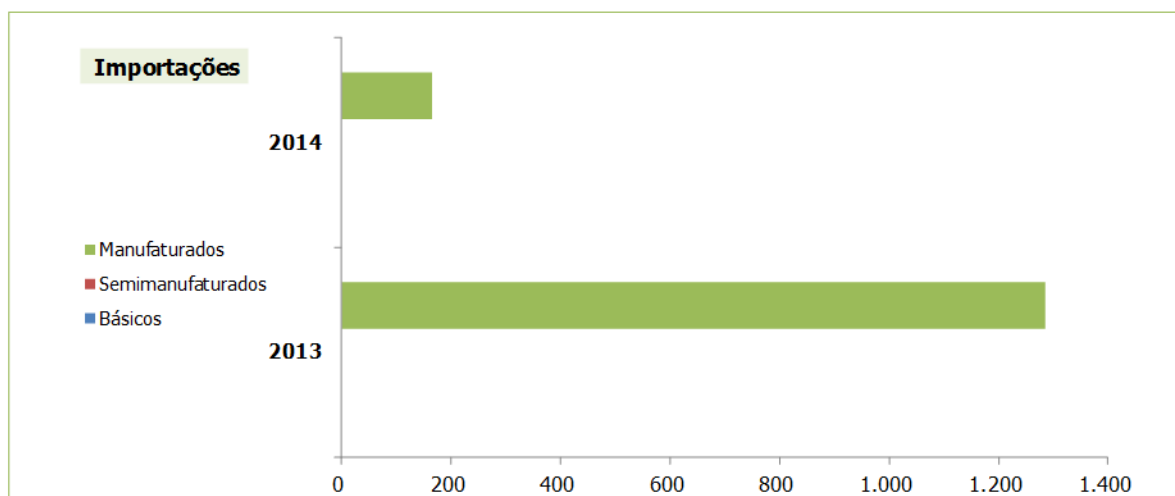
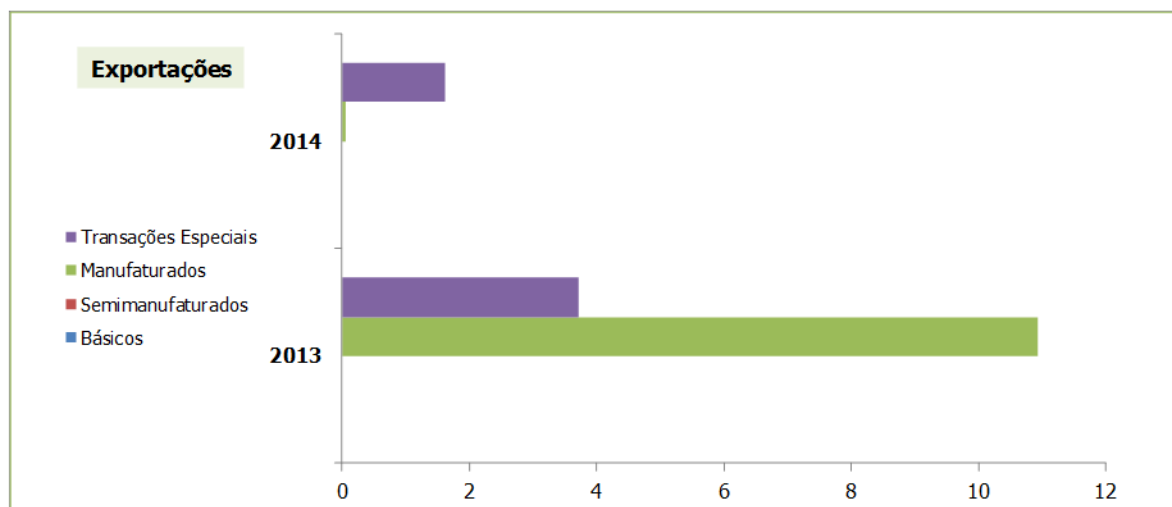
(n.c.) Dado não calculado.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

**Composição das exportações brasileiras para Andorra
US\$ fob**

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Transações especiais	16.887	4,6%	3.712	25,3%	1.615	96,4%
Instrumentos médicos e de precisão	0	0,0%	0	0,0%	61	3,6%
Calçados	0	0,0%	10.937	74,7%	0	0,0%
Açúcar	321.745	87,9%	0	0,0%	0	0,0%
Cacau	24.960	6,8%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	363.592	99,3%	14.649	100,0%	1.676	100,0%
Outros produtos	2.432	0,7%	0	0,0%	0	0,0%
Total	366.024	100,0%	14.649	100,0%	1.676	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição das importações brasileiras originárias de Andorra
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	21	1,2%	31	2,4%	97	59,2%
Máquinas elétricas	1.034	57,1%	1.153	89,6%	67	40,7%
Borracha	0,00	0,0%	0,04	0,0%	0,09	0,1%
Subtotal	1.056	58,2%	1.184	92,0%	164	100,0%
Outros produtos	757	41,8%	103	8,0%	0	0,0%
Total	1.813	100,0%	1.286	100,0%	164	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

